



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

1. Identificação do Evento

Data de Início	Data de Término	Local
05/03/2018	06/03/2018	Maputo, MOÇAMBIQUE
Nome do Evento		
Reunião da Comissão de Economia, Ambiente e Cooperação (2ª Comissão) da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)		

2. Delegação brasileira

Nome	Ramal	Email
Dep. Shéridan	5-5246	dep.sheridan@camara.leg.br
Sr. Kym Costa Moreira	5-8076	kym.moreira@camara.leg.br

3. Objetivo

O objetivo da presente delegação foi representar a Câmara dos Deputados na Reunião da Comissão 2, de Economia, Ambiente e Cooperação da AP-CPLP na qual eu participo na qualidade de membro e Vice-Presidente do Comitê Parlamentar junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP).

Para essa reunião de comissão interessava à Câmara dos Deputados, discutir o tema da segurança alimentar, especialmente, a constituição de um plano de atividades para o Comitê Parlamentar junto ao CONSAN. Além de discutir formas de cooperação que melhorem o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre os Estados membros da CPLP.

O relatório pormenorizado das atividades encontra-se a seguir:

4. Relatório das atividades e dos temas tratados**Dia 05 de março de 2018, segunda-feira****11h00 Abertura dos trabalhos da Comissão 2: Economia, Ambiente e Cooperação**

Às nove horas do dia 05 de março estava marcada na Sala de Reunião da Assembleia da República de Moçambique, a abertura da reunião da Comissão 2, de Economia, Ambiente e Cooperação, da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). Devido ao atraso da Delegação portuguesa a abertura só aconteceu às onze horas do mesmo dia.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares: Deputada Lucília Nota Hama e Deputado Isaac Lucas Mandava – pela Assembleia da República de Moçambique; Deputado João José Guerra e Deputada Odeth Ludovina – pela Assembleia Nacional de Angola; Deputada



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Shéridan – pela Câmara dos Deputados do Brasil; Deputada Aba Serra e Deputado Joaquim Batista – pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Deputado Luís Moreira Testa e Deputada Ângela Guerra – pela Assembleia da República de Portugal; Deputado José Luís Xavier Mendes – pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Como convidados, estiveram presentes:

Deputado José Gabriel Manteigas de Moçambique; Conselheira Maria Freira da Embaixada de Angola; Ministro-Conselheiro Daniel Barra Ferreira da Embaixada do Brasil; Representante da Embaixada de Portugal; Representante do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, Sr. Antônio Paulo; Representante do Escritório regional em Moçambique da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Sr. Pedro Simpson.

Presidiu aos trabalhos a Deputada Lucília Hama da Assembleia da República de Moçambique. A Presidente deu início aos trabalhos fazendo considerações sobre a temporada de chuvas em Moçambique que inundaram regiões do país causando tragédias e fazendo vítimas, também citou o luto que vivia o Parlamento moçambicano com a recente notícia do falecimento da Deputada Eva Mangaza. Em decorrência dessa triste notícia, a presidente informou o cancelamento do jantar que estava previsto na agenda para às dezenove horas do dia 05 de março. A delegação de Angola tomou a palavra e propôs que os membros da Comissão prestassem homenagem à falecida Deputada. A Presidente acatou a sugestão, e informou que o velório seria realizado ali na Assembleia da República de Moçambique, na manhã do dia 06 de março.

A agenda foi submetida à apreciação dos presentes. O Deputado José Xavier Mendes de São Tomé e Príncipe sugeriu que no ponto 1 no lugar de “apresentação e debate”, fosse inserido “abordagem e elaboração”. A Presidente também sugeriu a inclusão do nome do Sr. Antônio Paulo como responsável pelo ponto 2, e do Sr. Pedro Simpson da FAO, como responsável pela apresentação do ponto 1 do dia 06 de março.

Em seguida, foi proposta a leitura da ata da última reunião da Comissão, realizada em Lisboa no dia 04/12/2017. A Presidente passou à leitura das conclusões e recomendações da última reunião, ressaltando a falta de indicação de representantes de Angola, Guiné Equatorial e Timor Leste para o Mecanismo para a Facilitação da Implementação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da CPLP. Angola tomou a palavra e indicou o senhor Deputado Raul Augusto Lima como representante. Timor Leste e Guiné Equatorial não enviaram delegação, portanto, continuaram sem indicação de representantes. Encerrado o assunto, a Presidente focou no prazo estipulado para a entrega do relatório com os dados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definido para 5 de março de 2018. Vale ressaltar que esses objetivos fazem parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e constituem um plano de metas para que os países logrem um desenvolvimento sustentável em três dimensões: econômica, social e ambiental.

A delegação portuguesa apresentou seu relatório, que estava disponível apenas na versão online. Segundo a Deputada Ângela Guerra, por se tratar de um documento amplo e completo, Portugal não via mais necessidade de se manter o acordado na reunião de



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Lisboa, onde se definiu que os relatórios deveriam ser enviados com uma periodicidade semestral. Angola afirmou que, em decorrência de um processo eleitoral, só conseguirá apresentar o documento em junho. Moçambique também apresentou o relatório produzido pelo governo, e reiterou a posição de Portugal de que o documento não precisa ser semestral. O Deputado Joaquim Batista prometeu que a Guiné-Bissau apresentará o relatório na próxima reunião da comissão, justificou o atraso pela situação política complicada que vive o país. O Deputado José Luís Xavier deu ciência que o relatório de São Tomé e Príncipe está em fase de compilação e estará disponível até o mês de maio.

Quanto ao Brasil, primeiro, eu apresentei os trabalhos realizados pelo país em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que precederam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Distribuí cópias dos relatórios e portais mantidos pelo Brasil acerca do atingimento das metas desses objetivos e aproveitei para tratar, em específico, das metas do ODS 12 “Consumo e Produção Sustentáveis”. Fundamentei meu enfoque, não apenas por esse objetivo se relacionar diretamente com os trabalhos do Mecanismo do CONSAN da qual eu sou Vice-Presidente, mas porque, de acordo com relatório da própria FAO, ali presente, 30% de toda a comida produzida no planeta vai para o lixo. Pelo exposto, reforcei a necessidade de se ampliarem as discussões sobre o tema no âmbito da comissão 2. A Presidente, Lucília, então, solicitou que todos os países tenham seus relatórios disponíveis até 15 de maio de 2018, data, que segundo ela, será realizada a Reunião da AP-CPLP em Cabo Verde.

Passando para a quarta recomendação de Lisboa, Deputado Xavier, de São Tomé e Príncipe, salientou a importância de a comissão iniciar uma gestão da informação. Ele sugeriu que todas as discussões naquele âmbito deveriam ser transmitidas à Secretaria da AP-CPLP e não mais tratadas pelo país que ocupa a presidência da comissão. Uma outra sugestão do Deputado foi a criação de uma plataforma virtual. A Deputada portuguesa, Ângela Guerra, afirmou que a Assembleia da República de Portugal mantém histórico das discussões. O Deputado Testa, também de Portugal, acrescentou que, de toda forma, é pertinente a criação do portal, pois permitiria o estabelecimento de novos diálogos com temas inovadores, em especial, energia. Esse tema, particularmente, segundo o Deputado, possui um potencial enorme, ainda mais quando se considera os protocolos e tratados de cooperação no tema já existentes entre os países membro da AP-CPLP. No entanto, fez a ressalva que o primeiro passo é definir como seria essa plataforma (Google Drive, *mailing?*). São Tomé e Príncipe propôs uma integração maior com a rede de energia da CPLP. A presidência da comissão recordou esses temas avulsos, também abordados na reunião de Lisboa, e então, propôs que cada país escolha um tema, tendo em conta a agenda 2030, e o presente até a reunião de Cabo Verde. Nesse momento, eu intervi para lembrar que é importante cada país ter em conta que os temas ali tratados, assim como os ODS, se relacionam e se complementam. Afirmei que o Brasil continuaria na frente da segurança alimentar. A Deputada Ângela de Portugal, ponderou que se surpreendeu muito com o que seu país tem feito em relação aos temas discutidos após a leitura do relatório lá produzido, sugeriu que os outros países façam o mesmo para que tenham mais conhecimento interno.

Em relação a quinta e última recomendação de Lisboa, apresentei o convite feito pelo Secretário de Relações Internacionais, Deputado Átila Lins, ao Diretor-Geral da FAO, Sr. José Graziano da Silva, e ponderei todas as gestões feitas pelo Brasil para a participação



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

do organismo. A Presidente Lucília destacou a importância da presença da FAO e seu papel fundamental na redução dos níveis de insegurança alimentar. O Deputado Xavier, tomou a palavra e relacionando com o segundo ponto da agenda, abordou a necessidade de os países ali presentes terem legislação que ampare a erradicação da insegurança alimentar até 2025. O Deputado afirmou que o Brasil se encontra muito avançado em relação ao tema. As outras delegações citaram em conjunto os tratados sobre os Direitos Humanos, agricultura e alimentação adequada, afirmando a necessidade de os parlamentos trabalharem junto aos governos acerca da implementação das deliberações do CONSAN.

O Deputado trouxe o exemplo da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN) e disse ser interessante o estabelecimento de 3 ou 4 áreas dentro de um plano de ação para erradicar a fome e garantir a segurança alimentar. Então, sugeriu a criação de um estatuto da agricultura familiar que estivesse voltado aos jovens e mulheres agricultoras. A Deputada Odeth, do parlamento angolano, afirmou que o desafio no momento é de fato a agricultura familiar com qualidade, portanto, o país ampara as mulheres agricultoras. Portugal afirmou que apenas tem legislação voltada para jovens agricultores e que o tema no país está sendo tratado com enfoque na agroecologia, ou seja, na sustentabilidade da agricultura com a preservação de sistemas agrários. O Deputado Xavier, concluiu ser válido um tratamento diferenciado para agricultores entre os países da AP-CPLP, puxando o tema da cooperação. Além disso, o mesmo Deputado trouxe a informação que só em Moçambique a questão da desnutrição alcança 43% da população e que na África em geral há problemas de distribuição de alimentos. Por fim, o Deputado Testa, enfatizou que educação e cultura são pilares para a segurança alimentar, pois nem sempre a resolução do problema da distribuição é suficiente. Pelo exposto pelo Deputado, tratar hábitos alimentares seria um caminho para o tema. Aproveitei o ensejo para apresentar os programas desenvolvidos no Brasil que amparam a agricultura familiar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia projetos individuais ou coletivos.

Nesse momento, fomos convidados a seguir para a foto oficial e em seguida para o almoço oferecido pela Assembleia da República de Moçambique.

14h30. Seguimos para a sala de reunião da presidência da Assembleia para continuação dos trabalhos. A Presidente da comissão convidou o Representante do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, Sr. Antônio Paulo, para apresentar a experiência de Moçambique em relação ao tema da segurança alimentar e nutricional. Foram trazidos exemplos acerca do papel de instituições acadêmicas na garantia do avanço da agricultura familiar no país, através de um trabalho conjunto as comunidades locais. No tema de segurança nutricional, o representante afirmou que há uma campanha para utilização de leguminosas e raízes típicas do país na dieta dos locais. Em termos de educação, há apoio da FAO nas escolas e o governo se encarrega das campanhas nos centros de saúde. Há também uma cooperação importante com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) viabilizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Sobre as campanhas realizadas pelo governo, a Deputada Lucília adicionou que a Primeira-Dama de Moçambique desempenha papel importante na conscientização sobre HIV/AIDS. Os Deputados de Angola trouxeram a questão da mortalidade infantil como problema do país e pediram mais contribuições de



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Moçambique no combate as pragas, concluindo que esse tipo de problema natural prejudica diretamente a mulher agricultora e contribui também nos índices de mortalidade infantil. A Deputada da Guiné-Bissau, Aba Serra, lamentou o fato de na África em geral a população que produz esses alimentos, em especial mulheres e crianças, ser a menos beneficiada de uma alimentação adequada. Propôs que também fosse incentivada a criação de animais.

A Presidente, então, convidou o representante da FAO para comentar brevemente o apoio oferecido pelo organismo ao governo moçambicano. O Sr. Pedro Simpson, afirmou que o grande problema são as pragas e que há um trabalho conjunto com diversas instituições para garantir a erradicação dessas pragas através de predadores naturais que impeçam a utilização de combatentes tóxicos e garantam também a segurança alimentar. O representante afirmou que a FAO continuará empenhada em apoiar Moçambique com programas de assistência e formação.

Finalizando os trabalhos do dia, a Presidente Lucília parabenizou o Brasil pelas intensas contribuições em termos de cooperação, e levou a mesa que o ponto relativo a cooperação entre os países acabou sendo debatido durante todo o dia, o que tornou desnecessária a abordagem desse tema como último ponto da agenda do dia 5 de março. Os trabalhos foram finalizados às 16h30 do dia 5 de março de 2018.

06 de março de 2018, terça-feira.

Às 8h30 do dia seguinte, a Comissão 2 retomou os trabalhos. Na ocasião, o representante da FAO, Sr. Pedro Simpson, foi convidado a trazer reflexões sobre o tema da segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP. Sua participação foi iniciada com um agradecimento ao convite feito pelo Brasil. O Sr. Pedro disse se sentir honrado de fazer parte da reunião da comissão 2 e afirmou se tratar de um tema vasto, complexo e desafiador. Em sequência, salientou que esse tipo de debate é um exemplo para diversas organizações internacionais, e que traz luz a importância dos parlamentares na implementação de políticas públicas relativas ao combate da insegurança alimentar. Citou os ODS e como eles mais que metas são um apoio para os países.

O representante da FAO trabalhou sua reflexão trazendo cinco pilares: acesso à terra, proteção social ao pequeno agricultor, papel da juventude na agricultura familiar, precificação e vulnerabilidade em relação a fenômenos climáticos. Afirmou que cada um desses pilares afeta diretamente a segurança alimentar. Segundo a explicação, o apoio concedido pela FAO se dá no âmbito técnico. A organização define diretrizes aos países apoiados que garantam um trabalho através desses cinco pilares.

Nesse momento, apresentei o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), conhecido como Seguro-Defeso, popular na Amazônia brasileira e que constitui uma proteção social aos pescadores da região, sugeri que iniciativas semelhantes fossem criadas no âmbito da agricultura familiar nos países nos quais os agricultores estejam mais vulneráveis aos fenômenos naturais em consequência das mudanças climáticas. Angola concordou e voltou a citar as pragas que prejudicam os agricultores do país. O deputado Xavier, trouxe um estudo que afirma que nenhum país africano irá atingir a meta de



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

erradicação da fome até 2030. Saliou o papel importante da FAO na produção de um plano de atividades da Comissão 2 que estabeleça ações de combate ao tema. Angola frisou que tal estudo vai de encontro as condições desses países, pois na grande maioria existem vastas terras agricultáveis que permitem a produção de alimentos suficientes para alimentar suas famílias e até a venda da produção incrementando a economia. Para auxiliar no debate, levei a lei do pequeno produtor rural como um exemplo brasileiro a ser seguido pelos outros países, definindo condições que estabeleçam quem é o pequeno agricultor e assim o Estado consiga amparar esses produtores rurais. A Deputada Odeth de Angola e Aba Serra de Guiné-Bissau afirmaram ainda ser difícil em seus países a definição de quem é o pequeno agricultor. O Deputado Testa, elogiou o que tem sido feito em Portugal para amparar esses produtores e elucidou os critérios de pequeno agricultor em seu país.

A Presidente Lucília, pediu desculpas por ter que interromper a discussão, entretanto, a interrupção se fazia necessária pois o Vice-Presidente da Assembleia da República de Moçambique estava a nossa espera para uma breve recepção. Nos encaminhamos, então, para a sala da presidência da Assembleia moçambicana onde encontramos o Sr. Deputado António Amélia, Vice-Presidente da Assembleia da República. Após uma breve conversa e a foto oficial, seguimos para o velório da Deputada moçambicana Eva Mangaza, no salão nobre da Assembleia da República de Moçambique.

11h30. Retornamos a sala de reunião para continuação dos trabalhos. A Presidente convidou novamente o Sr. António Paulo para explanar a realidade moçambicana. O representante do governo de Moçambique afirmou que o país já trabalha nas diretrizes da FAO e na produção de legislação sobre a agricultura e segurança alimentar. O Sr. Pedro Simpson, da FAO, afirmou que não há uma definição universal sobre o pequeno agricultor, mas garantiu que o organismo vai continuar dando apoio às iniciativas com vistas aos ODS, em particular, a carta de Lisboa sobre fortalecimento da agricultura familiar na CPLP.

O Deputado de São Tomé e Príncipe, José Luís Xavier, propôs o seguinte plano de atividades para o mecanismo da CONSAN da qual ele é Presidente e eu sou Vice-Presidente:

1. Prospecção e Identificação dos tratados internacionais relacionados com o DHAA já ratificados pelos Países Membros;
2. Promoção da Ratificação dos tratados internacionais relacionados com o DHAA ainda não ratificados;
3. Criação de um acervo das legislações existentes nos diferentes países membros sobre as matérias relacionadas com a SAN e DHAA;
4. Elaboração do Estatuto da Agricultura Familiar;
5. Elaboração de legislação especial sobre o reconhecimento e o papel das mulheres e jovens, agricultores na AF;
6. Levantamento do quadro regulamentar sobre o sistema de qualificação e certificação dos produtos da AF na CPLP;
7. Desenvolvimento de legislação que dê cobertura ao comercio preferencial dentro da CPLP;
8. Promoção de debates para a criação de legislação sobre a produção agroecológica e outras práticas agrícolas;




VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

9. Elaboração de diplomas sobre a biodiversidade e preservação dos sistemas agrícolas tradicionais para candidatura ao Sistema Agrícola, Patrimônio da CPLP e dos Países membros;
10. Criação da frente/ rede/ plataforma/ parlamentar da CPLP para a erradicação da fome;
11. Promoção de Estudos para identificação e elaboração de legislação no âmbito do SAN e solicitação de assistência técnica;
12. Participação em Seminários, colóquios na temática da DHAA e SAN;
13. Troca de experiências legislativas entre os diferentes membros.

Tendo sido aprovado o plano de atividades, o mesmo será apresentado na AP-CPLP. Por fim, as deliberações em pauta foram aprovadas e não havendo mais oradores inscritos, os trabalhos foram encerrados às 14 horas. Em seguida, assinei o documento final da Reunião da Comissão 2.

20h00. Fui recebida na residência oficial do Brasil pelo Embaixador do Brasil em Maputo, Rodrigo Baena Soares, que me ofereceu um jantar. Durante o encontro debatemos as relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique e as frentes de cooperação existentes, em especial, as que se relacionam aos temas da comissão 2.

5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura do participante
15 de março de 2018	 SHÉRIDAN Deputada Federal (PSDB/RR)